



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

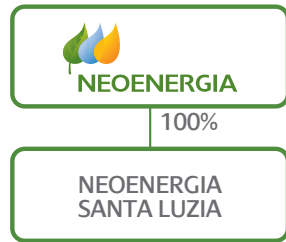
Prezados Acionistas,
 Ao apresentar os resultados de 2021, a Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeto, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações nos estados do Ceará e Paraíba, compostas pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Campina Grande III, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 125 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Campina Grande III; pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Milagres II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 220 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Milagres II; pela Subestação Santa Luzia II 500 kV. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial. A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$57.325, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 KV Santa Luzia II – Campina Grande III	1	500kV	125	-	09/03/2023	09/03/2048
LT 500 KV Santa Luzia II – Milagres II	1	500kV	220	-	09/03/2023	09/03/2048

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2021	2020
Receita líquida		338.567	416.568
Custos dos serviços		(189.346)	(275.262)
Custos de construção	4	(188.086)	(274.523)
Custos de operação	4	(1.260)	(739)
Lucro bruto		149.221	141.306
Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa		(69)	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	(558)	(866)
Lucro operacional		148.594	140.440
Resultado financeiro		922	781
Receitas financeiras	5	(53.785)	(5.540)
Despesas financeiras	5	(1.266)	2
Outros resultados financeiros, líquidos	5	(52.989)	(4.757)
Lucro antes dos tributos		95.605	135.683
Tributos sobre o lucro		(32.506)	(46.108)
Diferido	6	(32.506)	(46.108)
Lucro líquido do exercício		63.099	89.575
Lucro básico e diluído por ação – R\$:	14,2	0,26	0,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	63.099	89.575
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	63.099	89.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A. que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2017 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações nos estados do Ceará e Paraíba, compostas pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Campina Grande III, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 125 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Campina Grande III; pela Linha de Transmissão Santa Luzia II – Milagres II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 220 km, com origem na Subestação Santa Luzia II e término na Subestação Milagres II; pela Subestação Santa Luzia II 500 kV. A Companhia iniciou sua operação comercial de forma integral em novembro de 2021. A Receita Anual Permitida (RAP) por ciclo 2021/2022 é de R\$57.325, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos. 1.1. **Corona vírus ("Covid-19"):** a) **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à manutenção de emprego e renda, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia. Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID-19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia. 1.2. **Gestão de risco financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1. **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Riscos do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvem derivativos. A interdependência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alcadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é desviada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.2.2. **Gestão de risco de mercado: Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. 1.2.3. **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia

3.2. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas						
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Santa Luzia II	-	500kV	-	N/A	09/03/2023	09/03/2048

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos					
Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2020	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2021		Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2021	
		(R\$ Mil)	(R\$ Mil)	(R\$ Mil)	(R\$ Mil)
LT 500 KV Santo Luzia II - Campina Grande III	-	-	-	-	-
LT 500 KV Santo Luzia II - Milagres II	62%	276.478	100%	188.086	-
SE Santa Luzia II	-	-	-	-	-

* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por LT/SE

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP – receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$57.325.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Projeto Linhas de Transmissão - Características Financeiras						
Linha de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Pro- porcional (R\$ mil)	Ano de Degradação RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 500 KV Santa Luzia II – Campina Grande III	Neoenergia Santa Luzia	57.325	57.325*	-	Julho	IPCA
LT 500 KV Santa Luzia II – Milagres II	Neoenergia Santa Luzia	-	-	-	Julho	IPCA

Projeto de Subestação - Características Financeiras						
Subestação	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Pro- porcional (R\$ mil)	Ano de Degradação RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
SE Santa Luzia II	Neoenergia Santa Luzia	57.325	57.325*	-	Julho	IPCA

* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	63.099	89.575
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	16	32
Tributos sobre o lucro	32.506	46.108
Resultado financeiro, líquido	52.989	4.757
Variações de ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes e outros	(8.622)	-
Estoques	8.008	47.027
Concessão serviço público (ativo contratual)	(349.685)	(462.760)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(60.373)	35.980
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(536)	656
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	30.963	50.000
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	91	(2.501)
Outros ativos e passivos, líquidos	1.127	(2.251)
Caixa líquidos consumido nas operações	(230.417)	(193.377)
Encargos de dívidas pagas	-	-
Rendimento de aplicação financeira recebidos	908	803
Caixa consumido nas atividades operacionais	(229.509)	(192.574)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.403)	(29)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(1.403)	(29)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	27.300	48.526
Captação de empréstimos e financiamentos	60.500	290.000
Pagamento dos custos de captação	-	(1.920)
Mútuos recebidos (aplicados)	5.884	-
Caixa oriundo das atividades de financiamento	93.684	336.606
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(137.228)	144.003
Caixa e equivalentes no início do exercício	145.941	1.938
Caixa e equivalentes no final do exercício	8.713	145.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	38.234	355	6.430	304	-	45.323
Capital integralizado	48.526	-	-	-	-	48.526
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	89.575	89.575
Destinação do lucro:						
Reserva Legal	-	4.479	-	-	(4,479)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	85.096	-	(85.096)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	86.760	4.834	91.526	304	-	183.424
Capital integralizado	27.299	-	-	-	-	27.299
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	63.099	63.099
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	3.154	-	-	(3.154)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	44.960	-	(44.960)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(14.985)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	114.059	7.988	136.486	304	-	258.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 11.2.b). 1.2.4. **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados das agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	AA	AA
Banco Itaú	A1	AAA	AAA

1.3. **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Seguro garantia	02/03/2018 a 04/12/2023	29.202

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 16 de fevereiro de 2022. 2.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. **Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a. 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico Financeiro

DRE (R\$ mil)	2021	2020	Variação	
			R\$	%
(+) Receita líquida	338.567	416.568	(78.001)	-19%
MARGEM BRUTA	338.567	416.568	(78.001)	-19%
(+) Custos de construção	(188.086)	(274.523)	86.437	-31%
(+) Outros custos	(1.260)	(739)	(521)	71%
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(558)	(866)	308	-36%
- Despesa Operacional	(189.888)	(276.096)	86.208	-31%
(-) PECLD	(69)	-	(69)	0%
EBITDA	148.610	140.472	8.138	6%
(-) Depreciação	(16)	(32)	16	0%
(-) Resultado Financeiro	(52.989)	(4.757)	(48.232)	1014%
(-) IR/CS	(32.506)	(46.108)	13.602	-30%
LUCRO LÍQUIDO	63.099	89.575	(26.476)	-30%

A Margem Bruta e as Despesas Operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 338.567 mil, -19% vs. 2020 e -R\$ 189.888 mil, -31% vs. 2020, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 148.610 mil, aumento de 6%, em relação ao ano de 2020. O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 52.989mil em 2021 (+1.014% vs. 2020). A variação é devida principalmente a contratação de novos financiamentos em 2021 e à despesa com encargos de dívida, impactado pela variação do IPCA em relação ao ano anterior. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2021 de R\$ 63.099mil, uma redução de 30% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. **Perfil da Dívida:** Em dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 407.478 mil (dívida líquida R\$ 398.765 mil). Em dezembro de

tabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações). A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,5%a.a. e 11,5%a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16%a.a. e 17%a.a., nominal e antes dos impostos.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

2021				
	Custo de construção	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal	(4.993)	(965)	(1.349)	(7.307)
Material	(58.009)	(32)	-	(58.041)
Serviços de terceiros	(122.516)	(195)	(257)	(122.968)
Depreciação e amortização	-	-	(16)	(16)
Impostos, taxas e contribuições	-	(3)	(4)	(7)
Outros	(2.568)	(65)	1.068	(1.565)
Total custos / despesas	(188.086)	(1.260)	(558)	(189.904)

2020				
	Custo de construção	Custos dos serviços	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal	(5.448)	(739)	(718)	(6.905)
Material	(165.248)	-	-	(165.248)
Serviços de terceiros	(103.954)	-	(110)	(104.064)
Depreciação e amortização	-	-	(32)	(32)
Tributos	-	-	(6)	(6)
Outros	127	-	127	254
Total custos / despesas	(274.523)	(739)	(866)	(276.128)

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	908	803
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(46)	(38)
Atualização de depósitos judiciais	51	16
Outras receitas financeiras	9	-
Despesas financeiras	922	781
Encargos de dívida	(53.381)	(5.516)
Outras despesas financeiras	(404)	(24)
Outros resultados financeiros, líquidos	(53.785)	(5.540)
Outras variações monetárias, líquidas	(126)	2
Resultado financeiro, líquido	(52.989)	(4.757)

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

6.1. Tributos sobre o lucro: 6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2021.

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	95.605	135.683
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(32.506)	(46.132)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Adições de ativos fiscais não reconhecidos	-	24
Tributos sobre o lucro	(32.506)	(46.108)
Diferido	(32.506)	(46.108)

6.1.2. Tributos diferidos

Ativo	IR/CSLL	
	2021	2020
Provisão participação nos lucros e resultados	1.625	1.117
Prejuízo fiscal e base negativa	50.956	5.917
Outros	306	23
Total diferenças temporárias - ativo	52.887	7.057
Passivo (-)		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(294.954)	(153.521)
Total diferenças temporárias - passivo	(294.954)	(153.521)
Total diferenças temporárias - líquido	(242.067)	(146.464)
Aliquota de IR e CS	34%	34%
Tributos sobre o lucro diferidos passivo, líquido	(82.303)	(49.798)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	49.797	3.690
Efeitos reconhecidos no resultado	32.506	46.108
Saldo final do exercício	82.303	49.798

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

Ativo fiscal diferido	Entre			
	2024	2025	2026	2027 e 2031
	924	677	1.076	11.952
				3.353

6.1.3. Tributos correntes ativos

	2021	2020
Imposto de renda – IR	560	276
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	19	3
Tributo sobre o lucro a recuperar	579	279
Circulante	579	279

6.3. Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2021	2020
Outros tributos		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	919	1.334
Programa de integração social – PIS	114	1
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	525	5
PIS diferido sobre receita de construção ⁽¹⁾	14.329	8.544
COFINS diferido sobre receita de construção ⁽¹⁾	65.999	39.354
Instituto nacional de seguridade social - INSS	50	473
Imposto sobre serviços - ISS	312	491
Impostos e contribuições retidos na fonte	269	172
Outros	61	27
Total	82.578	50.401

Encargos setoriais a recolher	
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico-FNDCT	143
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	57
Ministério de minas e energia - MME	73
Conta de desenvolvimento energético - CDE	25
	298
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	82.876
Circulante	2.491
Não circulante	80.385

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

6.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	100	18
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	100.037
Fundos de investimento	8.613	45.886
Total	8.713	145.941

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99,3% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações comprissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2021		
	Receivável	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber líquidos
Concessionárias	8.691	(69)	8.622
	8.691	(69)	8.622

O aging do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2021		
	Receivável	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber líquidos
A vencer	8.672	(64)	8.608
Saldos vencidos:			
90 dias	14	(3)	11
entre 91 e 180 dias	5	(2)	3
	8.691	(69)	8.622

8.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2021
Saldo inicial do exercício	-
Adições	(69)
Saldo final do exercício	(69)

8.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 16.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte movimentação em:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	517.815	53.349
Receita de construção	294.876	447.515
Remuneração do ativo contratual	75.713	16.951
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(19.995)	-
Saldo final do exercício	868.409	517.815
Circulante	69.633	16.220
Não circulante	798.776	501.595

9.1. Política contábil: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que: De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2021	2020
Materiais e serviços	33.946	94.193
Total	33.946	94.193
Circulante	33.946	94.193

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

11.1. Dívida líquida

	2021	2020
Agências de fomento	407.478	293.597
Empréstimos e financiamentos (nota 11.2(a))	407.478	293.597
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(8.713)	(145.941)
Dívida líquida	398.765	147.656

11.2. Empréstimos e financiamentos: a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:

	2021	2020
Denominados em R\$		
Indexados a taxas flutuantes	409.237	295.479
(-) Custos de transação	(1.759)	(1.882)
	407.478	293.597
Não circulante	407.478	293.597

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida

	Principal ⁽¹⁾	Juro ⁽²⁾	Total
2023	7.590	10.488	18.078
2024	22.770	39.081	61.851
2025	22.770	37.417	60.187
2026	22.770	35.322	58.092
Entre 2027 e 2031	113.852	147.552	261.404
Entre 2032 e 2036	113.852	98.515	212.367
2037 em diante	170.778	55.778	226.556
	474.382	424.153	898.535

⁽¹⁾ O fluxo estimado de pagamentos de juros futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2021 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	293.597	-
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	60.500	290.000
Custo de captação	-	(1.920)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	53.381	5.517
Saldo final do exercício	407.478	293.597

11.3. Política contábil: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

12. CONTAS A PAGAR DE OPERAÇÕES DE MÚTUO

A composição do saldo refere-se, basicamente, ao contrato de mútuo entre partes relacionadas que a Companhia firmou com a Neoenergia S.A. O contrato de mútuo é atualizado pela taxa de juros de 142,23% do CDI, com vencimento em agosto de 2022.

	Principal	Encargos	2021
Neoenergia S.A.	6.108	180	6.288

13. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2021	2020
Provisões para processos judiciais cíveis (nota 13.1)	2.810	1.901
Provisão para obrigações ambientais (ii)	5.275	-
	8.085	1.901
Não circulante	8.085	1.901

(i) Refere-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de operação. 13.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Cíveis	
	2021	2020
Saldo inicial do exercício	1.901	193
Adições e reversões, líquidas (i)	343	1.498
Atualizações monetárias	566	210
Saldo final do exercício	2.810	1.901

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja

NEOENERGIA SANTA LUZIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.443.625/0001-47 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **16.6. Métodos e técnicas de avaliação:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando a curva dos títulos da Companhia. **16.7. Gestão de riscos financeiros e operacionais:** As políticas de riscos financeiros e operacionais da Companhia foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, conforme processo de revisão previsto. Na política de riscos financeiros, além de demais diretrizes abordadas, estão definidas as diretrizes para proteção do risco cambial, risco de taxa de juros e de utilização de instrumentos derivativos, estabelecendo níveis adequados de risco. A política de riscos operacionais em transações de mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **16.8. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário

Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Cenário Nocial) Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	8.613	788	(197)
Passivos financeiros						
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	10,74%	(409.237)	(62.677)	(11.442)
					(22.884)	

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretores
Fabiano Uchoas Ribeiro
Juliano Pansanato de Souza

CONTADOR

Tiago Donatti Furigo - CRC-SP-338760/O-6

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

Luciana Maximino Maia

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A.** Campinas - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante

no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas informações de auditoria. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver

o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 17 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F
Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

